



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6824 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT26 - Educação do Campo

POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A JUVENTUDE DO CAMPO: AS IMPLICAÇÕES DO “NOVO” ENSINO MÉDIO NA ESCOLARIZAÇÃO DOS JOVENS CAMPONESES
Fabiana Santos da Silva - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

Edna Souza Moreira - UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Geângelo de Matos Rosa - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A JUVENTUDE DO CAMPO: AS IMPLICAÇÕES DO “NOVO” ENSINO MÉDIO NA ESCOLARIZAÇÃO DOS JOVENS CAMPONESES

1 INTRODUÇÃO

A primeira década do século XXI foi um período fértil para a Educação do Campo e culminou em conquistas importantes para a construção de uma concepção de educação alternativa à educação rural, com um arrefecimento a partir de 2015. Se por um lado percebe-se uma desestruturação da concepção de Educação do Campo pelo Estado, por outro percebe-se um protagonismo crescente dos Jovens do Campo pressionando esse ente federado para que os reconheçam como sujeitos de direitos. Esses jovens apresentam suas demandas por políticas públicas específicas, entre elas, as políticas educacionais que assegure a Educação Básica do Campo no Campo e que seja “não sexista, antiracista e contra a homofobia” (I Seminário Nacional da Juventude Rural e Políticas Públicas - Relatório Final, 2012 p. 30).

O enfrentamento da juventude junto ao Estado em defesa de uma Educação do Campo no Campo se justifica pois, a educação infantil e o ensino médio estão concentrados no meio urbano. Em 2018, apenas 6,7 % das matrículas em creche e 4,7% das matrículas no ensino médio estão localizadas no meio rural (INEP, 2019). São esses dados que justificam a pesquisa, cujo foco foi analisar as implicações das reformas que culminaram no “novo” ensino médio enquanto políticas educacionais para a escolarização dos jovens do campo. Os dados foram coletados por meio de análise dos documentos orientadores das reforma-Lei 13.415 de 2017, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio instituída através da Resolução nº 03 de novembro de 2018 e a Base Nacional Comum Curricular- etapa Ensino Médio- a partir do diálogo com autores que discutem as políticas públicas para a juventude e acompanham as questões do ensino médio.

O texto está organizado em quatro seções. A primeira apresenta a temática, as questões da pesquisa e procedimento metodológico, a segunda traz uma discussão dialogada

com os autores que dão suporte ao texto, na terceira seção estão colocados os achados da pesquisa e sua análise. Por fim, na última seção estão as breves considerações.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE DO CAMPO: AVANÇOS E RECUOS

Por muito tempo os jovens eram considerados indivíduos vulneráveis, para os quais o Estado, na condição de interventor, propunha ações e medidas almejando evitar ou ao menos diminuir os riscos de envolvimento desses indivíduos em atos ilícitos. Essas ações eram concentradas no âmbito da assistência social e só começaram a surgir no final da última do século XX cujo foco era intervir diretamente junto aos grupos de jovens que, dada a condição juvenil, eram considerados como risco em potencial.

Essas não contemplavam os jovens do campo que permaneciam invisíveis tanto pelo Estado quanto pelo meio acadêmico. A partir dos anos 2000 essa realidade começa a ser modificada e os jovens começa a conquistar espaço no meio acadêmico, sobretudo como objeto de estudo (CASTRO, 2009). Embora, a juventude do campo tem sido foco da preocupação do Estado e dos fazendeiros desde o final do século XIX, os debates giravam em torno da necessidade de um ensino primário aliado à agricultura para ocupar o jovem pobre não só do campo como também aqueles que viviam em situação de vulnerabilidade no meio urbano.

Com toda adversidade e invisibilidade a juventude rural já demarcava sua identidade política e dava os primeiros passos em direção a constituição da juventude como ator político desde 1940 organizados na Juventude Agrária Católica- JAC. No entanto a juventude rural continuou sendo vista como problema, sobretudo com a intensificação do êxodo rural que trouxe para as cidades uma quantidade expressiva de camponês adultos e jovens a partir dos anos de 1970. No século XXI, a juventude do campo amplia os espaços de visibilidade tanto no meio acadêmico como nas agendas de governo e são construídas políticas públicas específicas para esses indivíduos, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar com a linha de crédito para os jovens-Pronaf Jovem em 2003 e a Secretaria Nacional da Juventude -SNJ em 2005.

Pensar a relação juventude do campo e políticas públicas, requer inicialmente pensar em quem são os jovens do campo e quais são suas demandas. Envolve ainda considerar que suas demandas, são também necessidades do campo em si, assim essa realidade sinaliza a importância de pensar, de forma articulada, as políticas públicas para a juventude e aquelas voltadas para a promoção do desenvolvimento do espaço rural enquanto território.

Então quem são os jovens do campo? De acordo com o Estatuto da Juventude do ponto de vista etário, no Brasil o jovem compreende aqui o grupo com idade entre 15 a 29 anos. Ao considerar que os jovens possuem laços de pertencimento com recorte de raça, classe e gênero, tomar esse coletivo apenas pelo recorte etário é reduzir a uma abordagem simplória. Desses pertencimentos decorrem os vários modos de ser jovem o que demanda levar em consideração suas “singularidades”(MARTUCCELLI, 2007) e o seu lugar de fala.

Os jovens do campo apresentam uma tendência maior a migrar para as cidades, em particular as jovens em busca de oportunidades de estudo, trabalho e lazer (CASTRO, 2009). Para os jovens camponeses que buscam uma escolarização maior a migração ou o deslocamento é uma prática compulsória, posto que as escolas de ensino médio estão majoritariamente localizadas no meio urbano.

Dessas características é possível depreender uma estreita ligação com as características do meio rural, onde os espaços de lazer são pouco e não existem escolas em

quantidade suficiente para os filhos dos agricultores familiares e camponeses, em particular, aqueles que desejam cursar a última etapa da educação básica. Ao considerar a especificidade das demandas dos jovens camponeses associadas aos problemas estruturais do campo, Stopassolas (2014) ressalta que para problemas estruturais é necessário medidas estruturais. Essa realidade evidencia as desigualdades sociais que marcam o cenário do campo, não para reforçar a ideia de atraso atribuído a esse espaço ao longo da história, mas para afirmar a necessidade de assegurar a participação efetiva dos jovens camponeses na proposição, avaliação e construção das suas políticas públicas.

Cientes dessa necessidade e também desse direito, e considerando as questões de gênero, raça e classe que influenciam nos seus modos de ser, os jovens têm buscado oportunidades de participação mais efetiva nos mais variados espaços de decisões. Esse tensionamento tem resultado na ampliação dos espaços de participação e no próprio protagonismo desses jovens. Um exemplo desses espaços foi o Primeiro Seminário Nacional da Juventude Rural e Políticas Públicas- I SNJRPP realizado em 2012.

Nesse evento, propostas de políticas giraram em defesa da educação, no sentido de buscar sanar ou diminuir as dificuldades inerentes às condições de escolarização dos camponeses em geral, e dos jovens em particular. Uma vez que os dados sobre a oferta da educação básica no campo sinalizam diversas fragilidades, concentrando na primeira e última etapa.

No que se refere ao ensino médio, os dados das avaliações externas e do -Índice de Desenvolvimento da Educação Básica -IDEB, somados aos índices de evasão e distorção idade -série entre os estudantes do ensino médio em geral, e em particular no campo, sinalizam a necessidade de reforma nessa etapa da educação. O Ministério da Educação - MEC, usou esses dados para justificar a reforma que iniciou com a Medida Provisória nº 764 de 2016 construída sem diálogo com a sociedade. Essa medida previa a retirada de componentes curriculares importantes no processo formativo dos indivíduos como Arte, Filosofia, Sociologia, Educação Física da matriz curricular do ensino médio. Em 2017 essa medida foi convertida na Lei 13.415 com um texto com poucas alterações em relação à medida.

As modificações empreendidas por essa Lei associada à força do capital financeiro, que já se faz presente no controle da educação a um longo tempo, desencadeou o processo de construção e aprovação as DCNEM e a BNCC-etapa ensino médio, ambos em 2018. A aprovação desses documentos orientadores da reforma se deu mediante fortes tensões entre o governo- representado pelo MEC e o Congresso Nacional- e a sociedade civil e organizada.

3 A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E AS DEMANDAS FORMATIVAS DOS JOVENS DO CAMPO: DESENCANTOS E MAIS EXCLUSÃO

Os jovens do campo reunidos no I SNJRPP, ao elencar suas demandas, concentraram atenção especial na educação. Como já era esperado dado o autorreconhecimento por parte dos jovens rurais de suas singularidades e trajetórias declaram querer para campo mais investimento em educação. Nesse documento os jovens do campo deixam claro que desejam uma Educação do Campo que seja “pública, gratuita e de qualidade e com referência social nas áreas rurais e dos povos e comunidades tradicionais” (Relatório Final do ISNJRPP, 2012p. 33). Percebe, portanto a preocupação dos jovens com uma proposta de educação capaz de uma formação articulada com o trabalho no campo.

Diante dessas demandas analisou-se a implicação do “novo” ensino médio na escolarização dos jovens do campo, compreendendo em que medida essa reforma contempla as demandas formativas dos jovens camponeses. O documento principal dessa reforma é a Lei

13.415 de 2017. No entanto, essa lei empreendeu mudanças em outras etapas da educação, também alterou artigos da Lei 9394 de 1996 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação-LDB, modificou a Lei do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, tangenciou sobre a formação docente. Em função do limite do texto destacaremos duas alterações que parecem impactar diretamente a escolarização dos jovens camponeses, são eles: o estímulo ao ensino médio em tempo integral e a flexibilização curricular com destaque para a organização curricular através da condensação dos componentes curriculares em áreas e a criação dos itinerários formativos. A concretização dessa nova proposta curricular para o ensino médio é orientada através das Diretrizes Curriculares nacionais para o Ensino Médio instituída através da Resolução nº03 de 2018 e por meio da Base Nacional Comum Curricular- ensino médio também aprovada em 2018.

Em relação à política de fomento à implantação de escolas de ensino médio de tempo integral, não há dúvidas sobre a importância de ampliar os tempos dedicados ao estudo. No entanto, muitos estudantes matriculados nessa etapa, são também trabalhadores, independentemente do domicílio, no entanto os índices maiores se concentram no meio rural. Nesse sentido é pertinente o tempo integral torna ainda mais difícil a permanência dos jovens na escola (KUENZER, 2017).

Sob o argumento de que o ensino médio atual é rígido, sem relação com os projetos de vida dos jovens, com excesso de disciplinas e que por isso se torna pouco atraente aos jovens os documentos orientadores da reforma propõem uma organização curricular flexível e limita o tempo destinado à base comum a no máximo 1800 do total de horas do ensino médio como define o artigo terceiro parágrafo quinto da Lei 13.415 de 2017. Com as disciplinas condensadas em áreas da aprendizagem e a obrigatoriedade da oferta restrita à língua portuguesa e matemática, a oferta dos demais componentes ficam a critério dos sistemas de ensino.

A outra parte da carga horária ficou destinada à oferta dos itinerários formativos, cujo argumento é assegurar a liberdade de escolha por parte dos jovens considerando a articulação com seus projetos de vida. Com relação a essa suposta liberdade de escolha três questões merecem ser destacadas: Primeiro, não existe a obrigatoriedade de as escolas oferecerem todos os cinco itinerários formativos, tornando a escolha limitada à condição de oferta da escola. Segundo, considerando que, em 2018, 95,3% das matrículas dessa etapa estavam concentradas em escolas urbanas (INEP- 2019) o contexto dos jovens do campo dificilmente será contemplado, especialmente, no itinerário V- Formação Profissional. Terceiro, é grande a carência de professores com a formação exigida para ministrar os componentes das áreas de Matemática e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

Os itinerários formativos, conforme previsto no artigo sexto inciso terceiro das DCNEM (2018), são:

Cada conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas instituições e redes de ensino que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho de forma a contribuir para a construção de soluções de problemas específicos da sociedade. (BRASIL, 2018).

O trecho das atuais DCNEM, esclarecem que os itinerários são momentos formativos que os jovens terão oportunidade de escolher, com a possibilidade e condição de aprofundar os conhecimentos de uma das quatro áreas de interesse ou no campo da formação profissional. Desse modo considerando o exposto sobre a pouca o quantitativo insuficiente de docentes em algumas áreas da aprendizagem, somada à realidade dos jovens do campo que dadas as distâncias geográficas e as poucas condições financeiras, constituem um grupo para quem a escola deveria oferecer uma formação sólida, esse arranjo curricular, nessas condições

pouco ou nada contribuirá para possibilitar uma formação articulada com seus projetos de vida e suas necessidades formativas.

Nesses documentos ficou evidente a construção assentada no parâmetro urbanocêntrico, onde os “outros” coletivos foram pouco considerados, e em alguns casos, desconsiderados e para ilustrar esse argumento toma-se a BNCC- ensino médio (2018). Esse documento traz um discurso sobre a necessidade de construir uma “escola que acolhe as juventudes” e enfatiza a importância do respeito à diversidade. No entanto, em seu texto, não aparece nenhuma referência aos povos do campo, da floresta e das águas e os respectivos locais onde vivem. As competências e habilidades específicas de cada área claramente estão relacionadas à hábitos e inserção em trabalhos urbanos. Essas constatações levam a cogitar que a ideia de diversidade está restrita à questão étnico racial.

Considerando das condições de vida e de estudo dos jovens do campo, os quais se inserem mais cedo no mundo do trabalho se comparado aos jovens urbanos (SANTOS, 2017), somando às condições de oferta do velho e do “novo” ensino médio” percebe-se um desencontro. Ou seja, essas mudanças sinalizam um movimento direcionado para incluir na escola os excluídos da sociedade, porém, sem oferecer a perspectiva, nas atuais condições, de construir elementos para alterar as condições de desigualdade sociais que assolam os povos do campo.

Diante dos argumentos usados pelo MEC e o empresariado da educação para justificar a reforma do ensino médio, como a evasão escolar, o resultado insatisfatório nas avaliações externas é oportuno considerar que a causa desses problemas não se limita à questão curricular como lembra Ferretti (2018). Envolve também outros elementos e dimensões não contempladas pela reforma, como por exemplo as precárias condições de funcionamento das escolas e a falta de política de formação e valorização dos professores, entre outros. Com relação a preocupação com o resultado das avaliações Freitas (2016) lembra que nem sempre “boas” notas é sinônimo de qualidade.

4 BREVES CONSIDERAÇÕES

A medida o ensino médio vai afirmando sua identidade, tem aumentado proporcionalmente a disputa pelo controle dessa etapa de ensino por setores empresarias, cujo objetivo não se relaciona com a construção de um projeto de educação capaz de contribuir significativamente coma redução das desigualdades sociais. Nesse processo, está em jogo nessa política a disputa pelo controle tanto da “gestão” escolar como do próprio “processo formativo” da juventude (objetivos, métodos e conteúdos) (FREITAS, 2014), ambos aspectos fundamentais para o controle ideológico da escola e seu alinhamento à lógica das necessidades do aparato produtivo (FREITAS, 2016 p.140).

Nesse jogo saem prejudicados os “outros” coletivos que mais precisam da educação, aqueles que mais reclamam a escola como “suporte” (MATUCCELLI, 2007) para a construção e realização de seus projetos de vida. Os jovens do campo estão entre esses “outros”, embora tenham tido conquistas que mudaram substancialmente sua realidade e a realidade do campo no século XXI, mas no que se refere à educação, em particular a última etapa do ensino médio, a dívida social do estado para com esses povos ainda continua. A reforma do ensino médio como está posta e diante das condições de funcionamento das escolas, pode até contribuir para a inclusão, mas não contribuirá para modificar as condições de desigualdades a que historicamente estão submetidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. **Lei nº 13415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 ... e institui a política de fomento à implantação do ensino médio em tempo integral. <http://www.planalto.gov.br/> . Acessado em julho de 2020.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 3 de 21 de novembro de 2018**: atualiza as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. Disponível em novoensinomedio.mec.gov.br. Acessado em junho de 2019.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular- Educação é a base: 2018** [Online] Disponível em www.basenacionalcomum.me.gov.br

CASTRO, E. et al. **Os Jovens Estão Indo Embora?** Juventude Rural a Construção de um Ator Político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica- RJ: EDUR, 2009.

I Seminário Nacional da Juventude Rural e Políticas Públicas: Relatório final. Brasília-DF, 2012. Disponível em www.bibliotecadigital.mdh.gov.br . Acessado em junho de 2020.

INEP. **Censo Escolar**- resumo técnico da educação básica – 2018. [online]- Brasília, 2019. Disponível em <http://download.inep.gov.br/>. Acessado em junho de 2020.

INEP. **Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do PNE-2018**. Brasília -DF: INEP, 2018.

FERRETI, C.J. **A reforma do ensino médio e sua questionável concepção de qualidade**. Revista Estudos Avançados 32(93), 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf> . Acessado em julho de 2019.

FREITAS, L. C. **Três teses sobre as reformas empresarias da educação: perdendo a ingenuidade**. Cad. CEDES [online]. 2016. Disponível em www.scielo.br. Acessado em julho de 2019.

KUENZER, A.Z. **Trabalho e escola**: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime da acumulação flexível. Educ. Soc. [online]. 2017, vol.38, nº. 139, p.331-354, abr.-jun., 2017. Disponível em www.scielo.br. Acessado em julho de 2019.

MARTUCCELLI, Danilo. **Gramáticas del individuo**. Buenos Aires: Losada, 2007.

SANTOS, R. **Trabalho e educação entre jovens de 15 a 17 anos residentes no campo: desafios à ampliação da escolaridade**. Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos, Brasília: v.98, n250 set/dez, 2017,

STROPASSOLAS, V.L. In: Mesa 2: **Os desafios para a construção de políticas públicas para a juventude rural**. In: MENEZES, A.M. STROPASSOLAS, V.L. (Orgs.) Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil. Brasília: Presidência da República, 2014.

RESUMO

Esse artigo é resultado de parte de uma pesquisa sobre a reforma do ensino médio e a juventude camponesa. As reflexões aqui tecidas resultam do objetivo que analisou as implicações das reformas que culminaram no “novo” ensino médio enquanto política educacional para a escolarização dos jovens do campo. Os dados apresentados foram coletados analisando a Lei 13.415 de 2017, as diretrizes curriculares para o ensino médio e base nacional comum curricular. Destacamos a reivindicação por educação no e do campo uma vez que para os jovens estudar, sobretudo, a última etapa da educação básica e o ensino superior, são obrigados a migrarem para a cidade ou deslocarem diariamente em busca de oportunidade de uma escolarização maior.

Palavras-chave: “Novo” ensino médio. Juventude Camponesa. Escolarização.